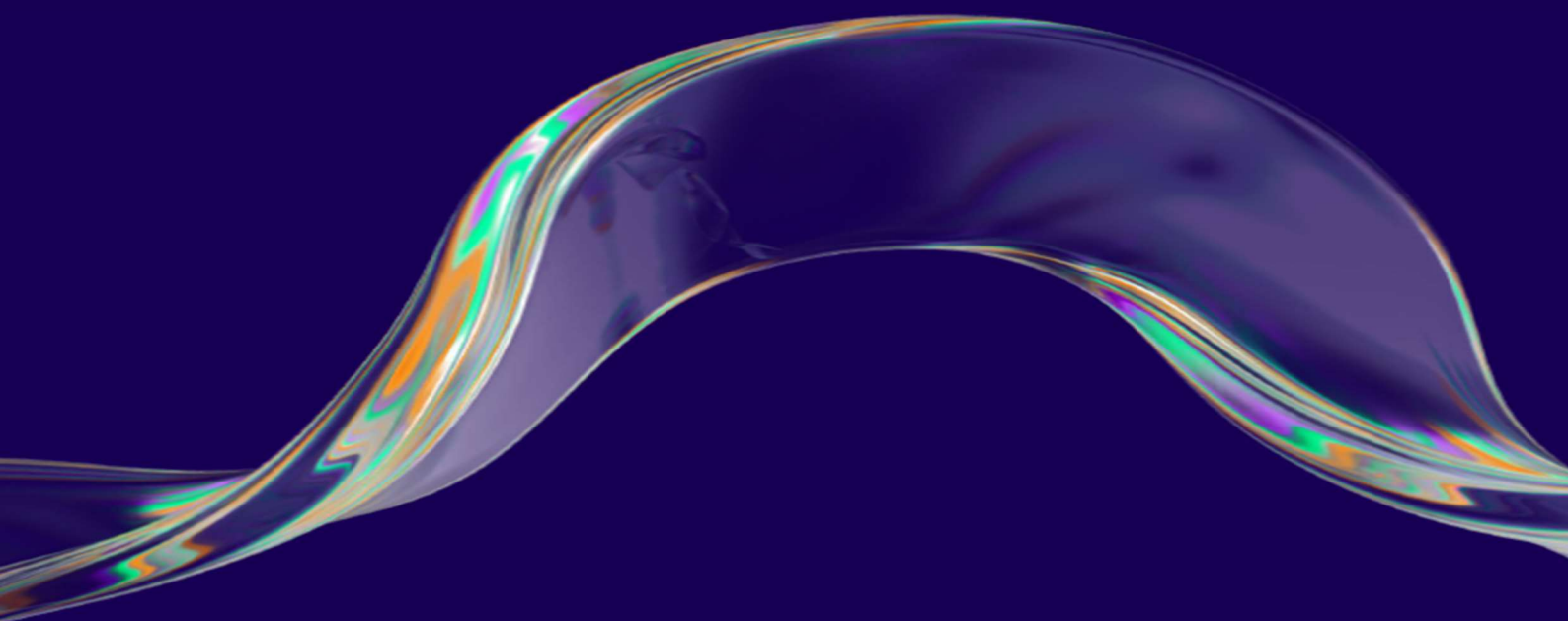


# **Guaimbê Solar Holding S.A.**



**Demonstrações financeiras  
consolidadas e individuais em 31 de  
dezembro de 2025 e relatório dos  
auditores independentes**



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Guaimbê Solar Holdings S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Guaimbê Solar Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Guaimbê Solar Holdings S.A.

### **Valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 8 de abril de 2025, sem ressalvas.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.




Guaimbê Solar Holdings S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2026

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior  
Contador CRC 1BA018245/O-1

## Índice

Demonstração do resultado .....	3
Demonstração do resultado abrangente .....	4
Demonstração dos fluxos de caixa .....	5
Balço patrimonial .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	7

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

1	Considerações gerais.....	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis .....	10
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	11
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos .....	12
5	Receita .....	13
6	Custos e despesas.....	14
7	Resultado financeiro líquido.....	14
8	Caixa e equivalentes de caixa .....	14
9	Aplicações financeiras .....	15
10	Fundo de liquidez – conta reserva .....	15
11	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	16
12	Contas a receber de clientes .....	16
13	Investimentos.....	17
14	Imobilizado .....	19
15	Intangível.....	22
16	Arrendamento .....	23
17	Debêntures .....	24
18	Fornecedores.....	25
19	Ressarcimento .....	25
20	Provisão para litígios .....	28
21	Obrigações com desmobilização de ativos.....	28
22	Partes relacionadas .....	29
23	Imposto de renda e contribuição social .....	30
24	Patrimônio líquido.....	30
25	Instrumentos financeiros e gestão de risco .....	31

**Guaimbê Solar Holding S.A.**  
**Demonstração do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	5	508.283	500.764	-	-
Custo com energia elétrica	6	(117.501)	(89.110)	-	-
Custo com operação	6	(234.782)	(235.387)	-	-
<b>Lucro</b>		<b>156.000</b>	<b>176.267</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Gerais e administrativas	6	(5.142)	(5.316)	(135)	(451)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	(7.399)	(523)	-	-
		<b>(12.541)</b>	<b>(5.839)</b>	<b>(135)</b>	<b>(451)</b>
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>143.459</b>	<b>170.428</b>	<b>(135)</b>	<b>(451)</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>					
Equivalência patrimonial	24	-	-	160.247	163.210
		-	-	160.247	163.210
<b>Resultado financeiro líquido</b>	7				
Receitas financeiras		91.588	49.152	854	613
Despesas financeiras		(30.590)	(26.020)	(45)	-
		60.998	23.132	809	613
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>204.457</b>	<b>193.560</b>	<b>160.921</b>	<b>163.372</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Correntes	23	(43.744)	(34.395)	(208)	(90)
Diferidos	23	-	4.117	-	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>160.713</b>	<b>163.282</b>	<b>160.713</b>	<b>163.282</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**Guaimbê Solar Holding S.A.**  
**Demonstração do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais

---

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Lucro líquido do exercício	160.713	163.282	160.713	163.282
Resultado abrangente do exercício	218	379	218	379
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>160.931</b>	<b>163.661</b>	<b>160.931</b>	<b>163.661</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**Guaimbê Solar Holding S.A.**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>204.457</b>	<b>193.560</b>	<b>160.921</b>	<b>163.372</b>
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Equivalência patrimonial	13 (b)	-	-	(160.247)	(162.912)
Juros e variações monetárias		1.648	5.047	-	-
Depreciação e amortização	6	162.654	149.672	20	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	6	3.795	2.579	-	-
Provisão (reversão) de ressarcimento	5	206.164	177.296	-	-
Atualização monetária sobre ressarcimento	7	9.761	3.447	-	-
Apropriação de custos de captações	7	595	504	-	-
Rendimentos sobre fundo de reserva		(4.197)	(3.510)	-	-
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	5.113	4.562	-	-
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	7	6.761	8.027	-	-
		<u>596.751</u>	<u>541.184</u>	<u>694</u>	<u>460</u>
<b>Decréscimo (acréscimo) em ativos</b>					
Contas a receber de clientes		16.540	(17.803)	-	-
Tributos a recuperar		22.261	(914)	(50)	5
Ressarcimento		3.196	9.055	-	-
Estoques		(58)	1.873	-	-
Partes relacionadas		-	660	-	-
Demais créditos e outros ativos		10.880	(10.497)	34	14.822
<b>Acréscimo (decréscimo) em passivos</b>					
Fornecedores		(11.213)	11.316	(2)	(104)
Tributos a recolher		(33.252)	(3.761)	(280)	(56)
Arrendamentos		-	1.720	-	-
Encargos setoriais		(275)	23	-	-
Pagamento de ressarcimento	19 (c)	(70.625)	(78.524)	-	-
Partes relacionadas		1.622	-	-	-
Demais obrigações e outros passivos		(3.105)	(225)	27	230
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) operações</b>		<u>532.722</u>	<u>454.107</u>	<u>423</u>	<u>15.357</u>
Juros pagos sobre financiamentos					
	17 (c)	(2.241)	(4.220)	-	-
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento					
		(6.761)	(6.825)	-	-
Imposto de renda e contribuição social (pagos) restituídos					
		(19.129)	(27.338)	103	(30)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<u>504.591</u>	<u>415.724</u>	<u>526</u>	<u>15.327</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(135.888)	-	(1.284)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		22.948	-	-	-
Resgate (aplicação) de cauções e depósitos judiciais		(350)	3.112	-	-
Recebimento de dividendos		-	-	243.172	49.476
Aquisição de imobilizado e intangível		(87.235)	(83.675)	-	-
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<u>(200.525)</u>	<u>(80.563)</u>	<u>241.888</u>	<u>49.476</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Adição de custos com captação	17 (c)	-	(108)	-	-
Liquidação de financiamentos	17 (c)	(22.791)	(25.595)	-	-
Liquidação de arrendamentos	16 (b)	(3.244)	(3.148)	-	-
Pagamento de dividendos		(242.850)	(62.862)	(242.850)	(62.862)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<u>(268.885)</u>	<u>(91.713)</u>	<u>(242.850)</u>	<u>(62.862)</u>
<b>Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>35.181</u>	<u>243.448</u>	<u>(436)</u>	<u>1.941</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<u>604.457</u>	<u>361.009</u>	<u>6.440</u>	<u>4.499</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<u>639.638</u>	<u>604.457</u>	<u>6.004</u>	<u>6.440</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**Guaimbê Solar Holding S.A.**

**Balanco patrimonial**

**Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Ativo</b>					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	639.638	604.457	6.004	6.440
Aplicações financeiras	9	136.330	-	1.284	-
Contas a receber de clientes	12	49.265	65.805	-	-
Estoques		27.043	26.985	-	-
Tributos a recuperar		15.808	6.859	104	93
Dividendos a receber	22	-	-	3.170	2.041
Ressarcimento		-	3.196	-	-
Outros ativos		11.178	20.768	-	-
		<u>879.262</u>	<u>728.070</u>	<u>10.562</u>	<u>8.574</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	9.133	27.884	-	-
Cauções e depósitos judiciais		1.865	1.515	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	31.083	-	-
Tributos a recuperar		6.148	6.275	39	-
Outros ativos		383	1.455	-	34
		<u>17.529</u>	<u>68.212</u>	<u>39</u>	<u>34</u>
Investimentos	13	-	-	2.456.344	2.540.180
Imobilizado	14	2.245.331	2.280.924	-	-
Intangível	15	73.461	62.765	-	20
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	16(a)	58.045	56.760	-	-
		<u>2.376.837</u>	<u>2.400.449</u>	<u>2.456.344</u>	<u>2.540.200</u>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>3.273.628</u></b>	<b><u>3.196.731</u></b>	<b><u>2.466.945</u></b>	<b><u>2.548.808</u></b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
Circulante					
Debêntures	17	-	22.347	-	-
Fornecedores	18	39.288	37.690	-	2
Arrendamentos	16(b)	1.369	1.289	-	-
Tributos a recolher		8.898	15.409	39	8
Encargos setoriais		-	275	-	-
Partes relacionadas	22	95	-	-	-
Dividendos a pagar	22	57.136	131.930	57.091	131.885
Provisão de ressarcimento	19	372.725	392.670	-	-
Provisões para litígios		41	-	-	-
Outros passivos		2.362	1.625	237	-
		<u>481.914</u>	<u>603.235</u>	<u>57.367</u>	<u>131.895</u>
Não circulante					
Arrendamentos	16(b)	68.129	65.231	-	-
Partes relacionadas		-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	2.126	-	-
Obrigações com desmobilização de ativos	21	80.725	37.516	-	-
Provisão de ressarcimento	19	232.928	67.683	-	-
Provisões para litígios		354	1.716	-	-
Outros passivos		-	2.521	-	210
		<u>382.136</u>	<u>176.793</u>	<u>-</u>	<u>210</u>
<b>Total do passivo</b>		<b><u>864.050</u></b>	<b><u>780.028</u></b>	<b><u>57.367</u></b>	<b><u>132.105</u></b>
Patrimônio líquido					
Capital social	24	1.847.077	1.847.077	1.847.077	1.847.077
Reserva de capital		517.036	517.036	517.036	517.036
Reservas de lucros		44.110	51.453	44.110	51.453
Outros resultados abrangentes		1.355	1.137	1.355	1.137
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b><u>2.409.578</u></b>	<b><u>2.416.703</u></b>	<b><u>2.409.578</u></b>	<b><u>2.416.703</u></b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>3.273.628</u></b>	<b><u>3.196.731</u></b>	<b><u>2.466.945</u></b>	<b><u>2.548.808</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**Guaimbê Solar Holding S.A.**  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota	Reserva de lucros					Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
		Capital social	Reserva de capital	Reserva de investimentos	Reserva legal				
<b>Em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>1.847.077</b>	<b>517.036</b>	<b>49.489</b>	<b>33.429</b>	<b>758</b>	<b>-</b>	<b>2.447.789</b>	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	163.282	163.282	
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	379	-	379	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>379</b>	<b>163.282</b>	<b>163.661</b>	
<b>Destinação do resultado do exercício</b>									
Constituição de reserva estatutária de investimento		-	-	18.024	-	-	(18.024)	-	
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	-	-	(145.258)	(145.258)	
Dividendos adicionais	24(b)	-	-	(49.489)	-	-	-	(49.489)	
<b>Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(31.465)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(163.282)</b>	<b>(194.747)</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>1.847.077</b>	<b>517.036</b>	<b>18.024</b>	<b>33.429</b>	<b>1.137</b>	<b>-</b>	<b>2.416.703</b>	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	160.713	160.713	
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	218	-	218	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>218</b>	<b>160.713</b>	<b>160.931</b>	
<b>Destinação do resultado do exercício</b>									
Constituição de reserva estatutária de investimento		-	-	2.646	-	-	(2.646)	-	
Constituição de reserva legal	24(b)e(c)	-	-	-	8.035	-	(8.035)	-	
Distribuição de dividendos intercalares	24(c)	-	-	-	-	-	(150.032)	(150.032)	
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	(18.024)	-	-	-	(18.024)	
<b>Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(15.378)</b>	<b>8.035</b>	<b>-</b>	<b>(160.713)</b>	<b>(168.056)</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>1.847.077</b>	<b>517.036</b>	<b>2.646</b>	<b>41.464</b>	<b>1.355</b>	<b>-</b>	<b>2.409.578</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

## 1 Considerações gerais

A Ventos de Guaimbê Solar Holdings S.A., ("Companhia" ou "Controladora"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 7º andar, sala 18, Pinheiros, CEP 05425-070 foi constituída em 21 de junho de 2018. A Companhia tem por objeto social participar no capital social de outras sociedades.

A Companhia é diretamente controlada pela Auren Operações S.A. ("Auren Operações") e indiretamente pela Auren Energia S.A.

A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizadas no estado de São Paulo, as quais compõem o complexo eólico Guaimbê, com capacidade instalada total de 226,0 MW, por meio de suas investidas.

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

As controladas solares e eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

Solar	Central Geradora Eolielétrica (EOL)	Portaria MME	Capacidade instalada MW	Início da concessão	Término da concessão
<b>Solar Guaimbê</b>					
Guaimbê I	Guaimbê I Parque Solar Ltda.	257/2015	30,0	15/06/15	15/06/50
Guaimbê II	Guaimbê II Parque Solar Ltda.	258/2015	30,0	15/06/15	15/06/50
Guaimbê III	Guaimbê III Parque Solar Ltda.	259/2015	30,0	15/06/15	15/06/50
Guaimbê IV	Guaimbê IV Parque Solar Ltda.	260/2015	30,0	15/06/15	15/06/50
Guaimbê V	Guaimbê V Parque Solar Ltda.	262/2015	30,0	15/06/15	15/06/50
<b>Subtotal</b>			<b>150,0</b>		
<b>Solar Água Vermelha</b>					
AGV IV	AGV Solar IV Geradora de Energia S.A.	244/2018	15,2	14/06/18	13/06/53
AGV V	AGV Solar V Geradora de Energia S.A.	243/2018	30,4	14/06/18	13/06/53
AGV VI	AGV Solar VI Geradora de Energia S.A.	242/2018	30,4	14/06/18	13/06/53
<b>Subtotal</b>			<b>76,0</b>		
<b>Total</b>			<b>226,0</b>		

Eólica	Central Geradora Eolielétrica (EOL)	Portaria MME	Capacidade Instalada MW	Início da concessão	Término da concessão
<b>Complexo Eólico Alto Sertão II ("Alto Sertão II")</b>					
Ventos do Nordeste	Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	161/2011	23,5	21/03/2011	21/03/2046
Da Prata	Centrais Eólicas da Prata S.A.	177/2011	21,9	28/03/2011	28/03/2046
Araçás	Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	241/2011	31,9	08/04/2011	08/04/2046
Morrão	Centrais Eólicas Morrão S.A.	268/2011	30,2	25/04/2011	25/04/2046
Tanque	Centrais Eólicas Tanque S.A.	330/2011	30,0	30/05/2011	30/05/2046
Seraíma	Centrais Eólicas Seraíma S.A.	332/2011	30,2	31/05/2011	31/05/2046
Maron	Centrais Eólicas Maron S.A.	107/2012	30,2	12/03/2012	12/03/2047
Dourados	Centrais Eólicas Dourados S.A.	130/2012	28,6	14/03/2012	14/03/2047
Pilões	Centrais Eólicas Pilões S.A.	128/2012	30,2	14/03/2012	14/03/2047
Ametista	Centrais Eólicas Ametista S.A.	135/2012	28,6	15/03/2012	15/03/2047
Caetité	Centrais Eólicas Caetité S.A.	167/2012	30,2	23/03/2012	23/03/2047
Pelourinho	Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	168/2012	21,8	23/03/2012	23/03/2047
Espigão	Centrais Eólicas Espigão S.A.	172/2012	10,1	26/03/2012	26/03/2047
Serra do Espinhaço	Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	171/2012	18,5	26/03/2012	26/03/2047
Borgo	Centrais Eólicas Borgo S.A.	222/2012	20,2	16/04/2012	16/04/2047
<b>Subtotal</b>			<b>386,1</b>		
<b>Complexo Eólico Ventus ("Ventus")</b>					
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	740/2010	68,5	20/08/2010	20/08/2045
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	963/2010	58,4	13/12/2010	13/12/2045
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	964/2010	60,1	13/12/2010	13/12/2045
<b>Subtotal</b>			<b>187,0</b>		
<b>Total</b>			<b>573,1</b>		

## 1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

### 1.1.1 Principais eventos operacionais

#### (a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgará informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

## 1.1.2 Principais eventos societários

### Distribuição de dividendos

Em 11 de julho de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 110.965.094,47 (cento e dez milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, noventa e quatro reais e quarenta e sete centavos) às acionistas da Companhia, da seguinte forma:

- (i) dividendos intermediários com base no saldo total da Reserva de Investimentos no montante de R\$ 18.024.117,45 (dezoito milhões, vinte e quatro mil, cento e dezessete reais e quarenta e cinco centavos);
- (ii) dividendos intercalares com base no lucro líquido apurado em 30 de junho de 2025 no valor de R\$ 92.940.977,02 (noventa e dois milhões, novecentos e quarenta mil, novecentos e setenta e sete reais e dois centavos).

Em 22 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 57.090.585,17 (cinquenta e sete milhões, noventa mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e dezessete centavos) às acionistas da Companhia, da seguinte forma:

- (i) dividendos intercalares com base no lucro líquido apurado em 30 de novembro de 2025 no valor de R\$ 57.090.585,17 (cinquenta e sete milhões, noventa mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e dezessete centavos).

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

### 2.1 Declaração de Conformidade

#### (a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

#### (b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 24 de abril de 2026.

### 2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Algumas notas explicativas presentes nestas demonstrações contábeis sofreram alterações de apresentação para garantir e assegurar a comparabilidade e transparência das informações financeiras, considerando todas as mudanças estruturais decorrentes do processo de harmonização das práticas contábeis adotadas pela Companhia.

Algumas notas explicativas presentes nestas demonstrações contábeis sofreram alterações de apresentação para garantir e assegurar a comparabilidade e transparência das informações financeiras, considerando todas as mudanças estruturais decorrentes do processo de harmonização das práticas contábeis adotadas pela Companhia.

### 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$).

### 2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes.

#### (a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

#### (b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2025	2024		
Nova Energia Holding S.A.	100%	100%	São Paulo - Brasil	Holding
Guaimbê I Parque Solar Ltda.	100%	100%	São Paulo - Brasil	Geração solar
Guaimbê II Parque Solar Ltda.	100%	100%	São Paulo - Brasil	Geração solar
Guaimbê III Parque Solar Ltda.	100%	100%	São Paulo - Brasil	Geração solar
Guaimbê IV Parque Solar Ltda.	100%	100%	São Paulo - Brasil	Geração solar
Guaimbê V Parque Solar Ltda.	100%	100%	São Paulo - Brasil	Geração solar
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.	100%	100%	São Paulo - Brasil	Holding
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A.	100%	100%	São Paulo - Brasil	Geração solar
AGV Solar V Geradora de Energia S.A.	100%	100%	São Paulo - Brasil	Geração solar
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A.	100%	100%	São Paulo - Brasil	Geração solar

### 3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

#### (a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 2025

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

#### (b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos requerimentos e dos

potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”.	1° de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1° de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1° de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1° de janeiro de 2027

#### Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia e suas controladas tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

#### 4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
19	Provisão de ressarcimento
21	Obrigações com desmobilização de ativos

## 5 Receita

### Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

As controladas da Companhia seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenhos previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

### Venda de energia

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

**Leilões de Energia:** representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em Leilões de Energia de Reserva (LER) e Leilão de Energia Nova (LEN).

**Energia de curto prazo – CCEE:** decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	Consolidado	
		2025	2024
<b>Receita bruta</b>			
<b>Venda de energia</b>			
Leilão de Energia de Reserva (LER)		429.511	457.803
Leilão de Energia Nova (LEN)		242.668	225.717
Partes relacionadas	22	28.944	1.738
Provisão de ressarcimento	19 (c)	(206.164)	(177.296)
Energia de curto prazo – CCEE		36.884	18.855
		<u>531.843</u>	<u>526.817</u>
<b>Deduções sobre a receita bruta</b>			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(19.231)	(17.851)
ICMS sobre receitas operacionais		-	(4.540)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(4.329)	(3.662)
		<u>(23.560)</u>	<u>(26.053)</u>
<b>Receita líquida</b>		<u>508.283</u>	<u>500.764</u>

## 6 Custos e despesas

					Consolidado	
					2025	2024
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(58.857)	-	-	-	(58.857)	(32.537)
Encargos de uso da rede elétrica	(58.644)	-	-	-	(58.644)	(56.573)
Depreciação e amortização	-	(160.631)	(2.023)	-	(162.654)	(149.672)
<b>Pessoal</b>	-	(185)	-	-	(185)	-
Pessoal	-	(185)	-	-	(185)	-
<b>Materiais</b>	-	(5.671)	(199)	-	(5.870)	(8.124)
Materiais	-	(5.671)	(199)	-	(5.870)	(8.124)
<b>Serviços</b>	-	(57.347)	(2.223)	-	(59.570)	(67.645)
Serviços de operação e manutenção	-	(36.698)	-	-	(36.698)	(50.435)
Serviços de terceiros	-	(20.649)	(2.223)	-	(22.872)	(17.210)
<b>Outros</b>	-	(10.568)	(248)	-	(10.816)	(11.732)
Aluguéis e arrendamentos	-	(1.467)	10	-	(1.457)	(699)
Seguros	-	(7.945)	-	-	(7.945)	(11.033)
Impostos, taxas e contribuições	-	(1.156)	(258)	-	(1.414)	-
<b>Demais (despesas) receitas</b>	-	(380)	(449)	(7.399)	(8.228)	(4.053)
Outros custos e despesas líquidas	-	(380)	(449)	-	(829)	(951)
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(3.795)	(3.795)	(2.579)
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	(3.604)	(3.604)	(523)
	<b>(117.501)</b>	<b>(234.782)</b>	<b>(5.142)</b>	<b>(7.399)</b>	<b>(364.824)</b>	<b>(330.336)</b>

## 7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		86.125	44.012	890	487
Juros sobre ativos financeiros		1.907	557	2	-
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(644)	(544)	(42)	(30)
Realização da atualização monetária do ressarcimento		3.795	-	-	-
Atualização monetária sobre acordos judiciais		83	3.510	-	-
Outras receitas financeiras		322	1.617	4	156
		<b>91.588</b>	<b>49.152</b>	<b>854</b>	<b>613</b>
<b>Despesas financeiras</b>					
Juros sobre financiamentos	17 (c)	(1.269)	(3.174)	-	-
Atualização monetária sobre financiamentos	17 (c)	(821)	(1.997)	-	-
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	19 (c)	(4.761)	(3.447)	-	-
Atualização monetária sobre provisão para litígios		(118)	-	-	-
Apropriação dos custos de captações	17 (c)	(595)	(504)	-	-
Ajuste a valor presente e atualização monetária sobre obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	21	(5.113)	(4.562)	-	-
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		(6.761)	(8.027)	-	-
Imposto sobre operações financeiras - IOF		(126)	(1.465)	-	-
Outras despesas financeiras		(11.026)	(2.844)	(45)	-
		<b>(30.590)</b>	<b>(26.020)</b>	<b>(45)</b>	<b>-</b>
		<b>60.998</b>	<b>23.132</b>	<b>809</b>	<b>613</b>

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

### Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 99,32% do CDI (98,53% em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Caixa</b>				
Caixa e bancos	7.833	17.925	62	77
	<u>7.833</u>	<u>17.925</u>	<u>62</u>	<u>77</u>
<b>Equivalentes de caixa</b>				
Quotas de fundos de investimentos (i)	625.479	479.405	5.893	1.715
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	6.326	107.127	49	4.648
	<u>631.805</u>	<u>586.532</u>	<u>5.942</u>	<u>6.363</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>639.638</u>	<u>604.457</u>	<u>6.004</u>	<u>6.440</u>

- (i) As quotas de fundo de investimento referem-se, majoritariamente, ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren, além de outros fundos. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

## 9 Aplicações financeiras

### Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Aplicações financeiras</b>				
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs")	82	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	136.248	-	1.284	-
	<u>136.330</u>	<u>-</u>	<u>1.284</u>	<u>-</u>

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

## 10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possui taxa de remuneração média de 97,54% do CDI.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Fundo de liquidez - Conta reserva (i)</b>				
Não circulante	9.133	27.884	-	-
	<u>9.133</u>	<u>27.884</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (i) As controladas possuem alguns contratos de financiamentos que preveem a obrigação de manutenção de contas reserva e/ou fundos de liquidez como garantia, os quais devem ser mantidos durante todo o prazo de vigência dos respectivos contratos.

## 11 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

	Consolidado		Controladora	
	Rating local		Rating local	
	2025	2024	2025	2024
AAA	785.094	632.341	7.288	6.440
AA+	7	-	-	-
	<b>785.101</b>	<b>632.341</b>	<b>7.288</b>	<b>6.440</b>

Os ratings foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

## 12 Contas a receber de clientes

### Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

### (a) Composição

	Consolidado	
	2025	2024
Leilão de Energia Nova (LEN)	20.263	25.669
Leilão de Energia Reserva (LER)	18.387	36.927
Partes relacionadas (Nota 22)	9.515	-
Energia de curto prazo - CCEE	1.100	3.209
	<b>49.265</b>	<b>65.805</b>

### (b) Vencimentos de contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	48.842	65.805
Vencidos até 3 meses	144	-
Vencidos de 3 a 6 meses	279	-
	<b>49.265</b>	<b>65.805</b>

A Administração analisou os saldos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

## **13 Investimentos**

### **Política contábil**

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

**Guaimbê Solar Holding S.A.**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(a) Composição**

	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)			Saldo	
					2025	2024	2025	2024
<b>Custo</b>								
Nova Energia Holding S.A.	1.188.898	135.847	100,00	100,00	135.847	95.591	1.188.898	1.169.084
Guaimbê I Parque Solar Ltda.	135.133	7.155	100,00	100,00	7.155	7.052	135.133	134.257
Guaimbê II Parque Solar Ltda.	101.247	8.739	100,00	100,00	8.739	9.854	101.247	103.725
Guaimbê III Parque Solar Ltda.	87.951	12.119	100,00	100,00	12.119	12.631	87.951	90.055
Guaimbê IV Parque Solar Ltda.	101.907	11.324	100,00	100,00	11.324	12.373	101.907	104.058
Guaimbê V Parque Solar Ltda.	104.451	11.298	100,00	100,00	11.298	12.130	104.451	106.565
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.	418.121	(31.450)	100,00	100,00	(31.450)	9.048	418.121	500.885
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A.	69.904	553	100,00	100,00	553	91	69.904	70.568
AGV Solar V Geradora de Energia S.A.	95.571	3.766	100,00	100,00	3.766	3.818	95.571	100.032
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A.	97.576	4.976	100,00	100,00	4.976	4.374	97.576	101.316
					<b>164.327</b>	<b>166.962</b>	<b>2.400.759</b>	<b>2.480.545</b>
<b>Investimento - Mais valia</b>								
Guaimbê I Parque Solar Ltda.					(816)	(810)	11.117	11.927
Guaimbê II Parque Solar Ltda.					(816)	(810)	11.117	11.927
Guaimbê III Parque Solar Ltda.					(816)	(810)	11.117	11.927
Guaimbê IV Parque Solar Ltda.					(816)	(810)	11.117	11.927
Guaimbê V Parque Solar Ltda.					(816)	(810)	11.117	11.927
					<b>(4.080)</b>	<b>(4.050)</b>	<b>55.585</b>	<b>59.635</b>
					<b>160.247</b>	<b>162.912</b>	<b>2.456.344</b>	<b>2.540.180</b>

**(b) Movimentação**

	<b>Controladora</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Saldo no início do exercício	2.540.180	2.426.365
Equivalência patrimonial	160.247	162.912
Dividendos deliberados	(244.301)	(49.476)
Outros resultados abrangentes	218	379
Saldo no final do exercício	<b>2.456.344</b>	<b>2.540.180</b>

**14 Imobilizado****Política contábil**

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia e suas controladas são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa N°674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (vide Nota 21 Obrigações com Desmobilização de Ativos).

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

### **Impairment do imobilizado**

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

**Guaimbê Solar Holding S.A.**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(a) Composição e movimentação**

							Consolidado	
	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	2025	2024
Saldo no início do exercício								
Custo	3.006.847	244.595	23.883	2.409	4.083	148.913	3.430.730	3.367.073
Depreciação acumulada	(1.045.859)	(93.331)	(7.883)	(1.295)	(1.438)	-	(1.149.806)	(1.010.774)
Saldo líquido no início do exercício	1.960.988	151.264	16.000	1.114	2.645	148.913	2.280.924	2.356.299
Adições (i) (ii)	-	-	-	-	-	99.453	99.453	81.321
Baixas	(3.690)	(57)	-	-	-	(1)	(3.748)	(3.430)
Depreciação	(144.417)	(7.389)	(1.848)	(163)	(1.036)	-	(154.853)	(139.032)
Remensurações (iv)	-	-	38.096	-	-	-	38.096	-
Transferências (iii)	143.456	1.002	-	91	3.192	(162.282)	(14.541)	(14.234)
Saldo no final do exercício	1.956.337	144.820	52.248	1.042	4.801	86.083	2.245.331	2.280.924
Custo	3.146.613	245.540	61.979	2.500	7.275	86.083	3.549.990	3.430.730
Depreciação acumulada	(1.190.276)	(100.720)	(9.731)	(1.458)	(2.474)	-	(1.304.659)	(1.149.806)
Saldo líquido no final do exercício	1.956.337	144.820	52.248	1.042	4.801	86.083	2.245.331	2.280.924
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,00	3,00	3,00	6,00	14,00			

- (i) As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se, predominantemente, às manutenções realizadas nos aerogeradores, as quais foram classificadas como melhorias que aumentam a vida útil ou a capacidade operacional dos equipamentos.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve desembolso caixa no valor de R\$ 87.235. A diferença no montante de R\$ 12.218 refere-se ao líquido entre: (i) saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
- (iii) O montante de (R\$ 14.541) corresponde a transferência da classe de “Obras em andamento” do imobilizado para o intangível, relacionados à *softwares*.
- (iv) Em 31 de dezembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas relacionadas à provisão para desmobilização de ativos, que resultou no incremento do provisionado no passivo de R\$ 38.096 (Nota 21 (a)), que foi reconhecido contra o ativo imobilizado, na classe de “Desmobilização de ativos”.

## 15 Intangível

### Política contábil

#### Direitos de exploração de autorização

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico e solar são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis. Após o início da operação dos parques eólicos e solares, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

#### Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

### (a) Composição e movimentação

	Consolidado					
	Custo de servidão	Softwares	Direitos de exploração e de recursos naturais	Intangível em andamento	2025	2024
Saldo no início do exercício						
Custo	2.817	3.487	85.292	3	91.599	77.365
Amortização acumulada	(20)	(2.958)	(25.856)	-	(28.834)	(19.378)
Saldo líquido no início do exercício	2.797	529	59.436	3	62.765	57.987
Adições	-	-	-	593	593	-
Baixas	-	(47)	-	-	(47)	-
Amortização	(1)	(327)	-	-	(328)	(9.456)
Mais Valia	-	-	(4.063)	-	(4.063)	-
Transferências	(9)	220	-	14.330	14.541	14.234
Saldo no final do exercício	2.787	375	55.373	14.926	73.461	62.765
Custo	2.808	3.660	85.292	14.926	106.686	91.599
Amortização acumulada	(21)	(3.285)	(29.919)	-	(33.225)	(28.834)
Saldo líquido no final do exercício	2.787	375	55.373	14.926	73.461	62.765
Taxas médias anuais de amortização - %	3,00	3,00	5,00			

## 16 Arrendamento

## Política contábil

A Companhia e suas controladas mantém controles para a identificação de contratos de arrendamento que permitam a avaliação da aplicabilidade da norma de arrendamentos para cada contrato firmado. Conforme permitido pela norma, são desconsiderados do escopo: (i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e (ii) arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. Quando da identificação dos ativos de direito de uso dentro do escopo de contratos identificados, também são desconsiderados: (i) a parcela variável de pagamentos; (ii) contratos em que o ativo de arrendamento foi considerado como não identificável; (iii) contratos em que a Companhia e suas controladas não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo; e (iv) contratos em que a Companhia e suas controladas não tem o controle substancial sobre a definição do uso do ativo. Para os arrendamentos considerados como fora de escopo, a contabilização ocorre mensalmente na competência da utilização do direito de uso do ativo arrendado, diretamente no resultado.

Para os contratos considerados como escopo da norma de arrendamentos, a Companhia e suas controladas realizam o registro, na competência que passam a poder exercer o direito de usar o ativo arrendado, de um passivo de arrendamento que reflita os futuros pagamentos acordados, em contrapartida a um ativo de direito de uso. O ativo é amortizado mensalmente de acordo com o prazo de arrendamento, que é definido com base na combinação entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

O passivo é ajustado, na competência do registro do contrato, para o valor presente da obrigação com base na taxa de juros implícita no contrato ou na taxa incremental, que deve refletir o custo de aquisição pela Companhia e suas controladas de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato de arrendamento, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador.

A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo com energia elétrica, despesas gerais e administrativas e como outras despesas operacionais, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro.

## a) Direito de uso sobre contratos de arrendamento

	Consolidado	
	2025	2024
	<b>Terras e terrenos - Direito de uso</b>	<b>Terras e terrenos - Direito de uso</b>
Saldo no início do exercício	56.760	67.985
Remensuração	4.695	(10.041)
Amortização	(3.410)	(1.184)
Saldo líquido no final do exercício	<b>58.045</b>	<b>56.760</b>

## b) Arrendamentos - passivos

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	66.520	76.787
Liquidações	(3.244)	(3.148)
Remensuração de contrato	6.222	(8.321)
Realização do ajuste a valor presente (Nota 7)	-	1.202
Atualização monetária (Nota 7)	6.761	6.825
Juros pagos	(6.761)	(6.825)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>69.498</b>	<b>66.520</b>
Circulante	1.369	1.289
Não circulante	68.129	65.231
	<b>69.498</b>	<b>66.520</b>

**17 Debêntures****Política contábil**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos e debêntures estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

**(a) Composição**

							<b>Consolidado</b>	
							<b>2024</b>	
<b>Modalidade</b>	<b>Encargos anuais médios</b>	<b>Principal</b>	<b>Custo de captação</b>	<b>Encargos</b>	<b>Circulante</b>		<b>Valor justo</b>	
					<b>Total</b>	<b>Total</b>		
Debêntures	IPCA+7,61%	9.411	(310)	27	9.128	9.128	9.459	
Debêntures	IPCA+7,87%	13.463	(285)	41	13.219	13.219	13.555	
		<b>22.874</b>	<b>(595)</b>	<b>68</b>	<b>22.347</b>	<b>22.347</b>	<b>23.014</b>	

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

**(b) Movimentação**

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	22.347	46.595
Provisões de juros (Nota 7)	1.269	3.174
Atualização monetária (Nota 7)	821	1.997
Adição dos custos de captações	-	(108)
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	595	504
Juros pagos	(2.241)	(4.220)
Liquidações	(22.791)	(25.595)
Saldo no final do exercício	-	<b>22.347</b>

**18 Fornecedores**

		Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Fornecedores de materiais e serviços		30.421	31.289	-	2
Energia comprada		5.487	6.401	-	-
Fornecedores nacionais - Partes relacionadas	22	3.380	-	-	-
		<b>39.288</b>	<b>37.690</b>	-	<b>2</b>

**19 Ressarcimento****Política contábil**

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia eólica e solar fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica "Receita bruta de venda de energia". A Administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

**Parques eólicos****(a) Ressarcimento anual**

**Contratos de Leilão de energia reserva (LER):** Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente no momento da apuração sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de até 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do segundo mês do próximo ciclo anual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

**Contratos de Leilão de energia nova (LEN):** Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo exercício, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros, dependendo do leilão, ocorrem ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, ambos a partir do segundo mês do próximo ano contratual. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE.

**(b) Ressarcimento quadrienal**

**Contratos de Leilão de energia reserva (LER):** Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de até 6% do preço contratual vigente aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais e o acerto financeiro para energia gerada acima dos limites ocorre em 24 parcelas mensais, ambos a partir do segundo mês do último ano contratual de cada ciclo quadrienal, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

**Contratos de Leilão de energia nova (LEN):** Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, em ambos os casos a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

**Parques solares**

Para os parques do Complexo Solar Guaimbê (LER 2014), Complexo Solar Boa Hora (LER 2015) e Complexo Solar AGV (LEN 2017), os ressarcimentos por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração serão ressarcidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas mensais uniformes, após possíveis compensações com parques superavitários, valorado a 106% do preço contratual vigente. A receita variável por desvios positivos (acima da faixa de tolerância de 15%) de geração serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 30% do preço contratual vigente. A receita variável que estiver na faixa de tolerância de 15% de geração será recebida em 12 parcelas, após possíveis compensações com parques deficitários, valorado ao preço contratual vigente.

**(c) Provisão de Ressarcimento**

				Consolidado	
	Anual	Quadrienal	Total	2025	2024
Saldo no início do exercício	357.518	102.835	460.353	460.353	358.134
Provisão (reversão) (Nota 5)	159.980	46.184	206.164	206.164	177.296
Pagamentos (i)	(59.287)	(6.338)	(65.625)	(65.625)	(78.524)
Atualização monetária (Nota 7)	1.353	3.408	4.761	4.761	3.447
Saldo no final do exercício	<b>459.564</b>	<b>146.089</b>	<b>605.653</b>	<b>605.653</b>	<b>460.353</b>
Circulante	297.139	75.586	372.725	372.725	392.670
Não Circulante	162.425	70.503	232.928	232.928	67.683
	<b>459.564</b>	<b>146.089</b>	<b>605.653</b>	<b>605.653</b>	<b>460.353</b>

- (i) A ANEEL, publicou em 23 de março de 2021 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, posteriormente consolidada, sem alterações, pela REN 1030/2022, regulamentando a metodologia de cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. A regulamentação também definiu as

---

condições necessárias para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao período “provisório” do *constrained-off* eólico, abrangendo eventos de restrição de geração anteriores a outubro de 2021.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE divulgou o comunicado nº 970/22, apresentando o cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período “provisório”, limitado aos eventos de janeiro de 2018 a setembro de 2021. As reapurações ocorreram de junho de 2023 a junho de 2024.

Em 12 de setembro de 2023, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que adicionou à REN 1.030/2022 diretrizes análogas às aplicadas às usinas eólicas, porém destinadas à apuração e pagamento do *constrained-off* para as usinas solares. Essa norma também estabeleceu um período transitório relativo aos eventos ocorridos antes de abril de 2024 para as usinas de fonte solar.

Entretanto, os pagamentos foram suspensos em julho de 2024 devido à ausência de regras de comercialização específicas para o período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relativo aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109/2024, derivada da Consulta Pública nº 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização aplicáveis ao período “definitivo”.

Em 19 de maio de 2025, a CCEE publicou o Comunicado CO 372/25, estabelecendo o cronograma de operacionalização das recontabilizações e ressarcimentos dos CERs e CCEARs associados ao *constrained-off* de usinas eólicas, à luz da metodologia definitiva.

Em 25 de Novembro de 2025, foi publicada a Lei 15.269/2025, originada da Medida Provisória nº 1.304/2025, instituindo um “acordo” para os ressarcimentos por *constrained-off* exigidos por usinas eólicas e solares no período entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025. Conforme previsto na lei, esse acordo será formalizado por meio de um Termo de Compromisso firmado entre o Poder Concedente e os agentes de geração afetados, sendo que os ressarcimentos serão custeados por montantes financeiros devidos por geradores com desvios negativos de geração nos Contratos de Energia de Reserva (CER) e nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs). A minuta do Termo passou por Consulta Pública aberta pelo MME ainda em 2025.

O cronograma publicado no CO 372/25 foi posteriormente revisado pelo CO 937/2025, em 15 de dezembro de 2025. No entanto, em 30 de dezembro de 2025, diante da iminente abertura da Consulta Pública do MME relativa ao Termo de Compromisso, a CCEE publicou o CO 971/25 suspendendo esses ressarcimentos até a publicação de nova regulamentação.

A Consulta Pública MME nº 210/2025, voltada à discussão do referido Termo de Compromisso, foi aberta em 31 de dezembro de 2025, com prazo para contribuições até 16 de janeiro de 2026. Até o momento, não houve desfecho por parte do MME, de modo que os ressarcimentos previstos no CO 971/25 permanecem suspensos, aguardando a definição regulatória.

No contexto desta Consulta Pública e da complexidade da matéria, mesmo diante do comunicado de suspensão da CCEE, o MME encaminhou carta à ANEEL solicitando avaliação sobre a suspensão supracitada. Diante disso, foi instaurado processo cautelar, aprovado e formalizado por meio do despacho nº 148/2026, publicado pela ANEEL em 26 de janeiro de 2026.

Apesar de a suspensão ter sido estabelecida por período limitado, há percepção de que esse prazo poderá ser prorrogado até a definição das condições decorrentes da Consulta Pública do MME, de modo que os recursos possam ser direcionados à cobertura dos custos de compensação dos geradores.

## 20 Provisão para litígios

### Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### (a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos com prognósticos de perda provável no valor de R\$ 395 (R\$ 1.716 em dezembro de 2024).

#### (b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 4.297 (Saldo zero em 31 de dezembro de 2024).

## 21 Obrigações com desmobilização de ativos

### Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

**(a) Composição e movimentação**

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado	
			2025	2024
Saldo no início do exercício	238.927	(201.411)	37.516	32.954
Remensuração (Nota 14 (a)) (i)	57.770	(19.674)	38.096	-
Atualizações monetárias	3.335	-	3.335	4.562
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	1.778	1.778	-
Saldo no final do exercício	<b>300.032</b>	<b>(219.307)</b>	<b>80.725</b>	<b>37.516</b>
Não circulante	300.032	(219.307)	80.725	37.516
	<b>300.032</b>	<b>(219.307)</b>	<b>80.725</b>	<b>37.516</b>

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, foram revisadas as premissas utilizadas no cálculo da provisão para desmobilização de ativos dos parques eólicos, em continuidade ao processo de harmonização dos critérios de mensuração. Como parte dessa revisão, o passivo passou a ser descontado a valor presente utilizando a taxa da NTN-B, sem acréscimo de prêmio de risco. A adoção dessas premissas resultou no aumento do valor da provisão para desmobilização. Os custos estimados permanecem sendo atualizados pelo IPCA mensal, refletindo de maneira adequada as variações econômicas e reduzindo incertezas inerentes às projeções de longo prazo.

**22 Partes relacionadas****Política contábil**

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

**(a) Consolidado**

	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Compras	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Contas a receber de clientes (Nota 12 (a))</b>								
Jaiba NO2 Energias Renováveis S.A.	9	-	-	-	-	-	-	-
Auren Participações S.A.	7	-	-	-	-	-	-	-
Auren Operações S.A.	9.332	-	-	-	28.944	-	-	-
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	544	-	-
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	558	-	-
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	636	-	-
Central Eólica São Jorge S.A.	44	-	-	-	-	-	-	-
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A.	33	-	-	-	-	-	-	-
Central Eólica São Cristóvão S.A.	22	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Brígida VII Energias Renováveis S.A.	68	-	-	-	-	-	-	-
	<b>9.515</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28.944</b>	<b>1.738</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fornecedores - compras</b>								
Auren Participações S.A.	-	-	1	-	-	-	-	-
Auren Operações S.A.	-	-	3.379	-	-	-	51.500	-
	-	-	<b>3.380</b>	-	-	-	<b>51.500</b>	-
<b>Dividendos a pagar</b>								
Auren Operações S.A.	-	-	14.318	33.016	-	-	-	-
	-	-	<b>14.318</b>	<b>33.016</b>	-	-	-	-
	<b>9.515</b>	<b>-</b>	<b>17.698</b>	<b>33.016</b>	<b>28.944</b>	<b>1.738</b>	<b>51.500</b>	<b>-</b>

**23 Imposto de renda e contribuição social****Política contábil**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

**(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL**

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a *holding* apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício da controladora apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	204.457	193.560	160.921	163.372
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(69.515)	(65.810)	(54.713)	(55.546)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Equivalência patrimonial	-	-	54.484	55.491
Despesas não necessárias	-	(345)	-	-
Atualização de indébito tributário	-	182	-	53
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	723	420	-	-
Exclusões (adições) temporárias sem constituição de diferido	(1.388)	(1.388)	(3)	(1.388)
Outras adições permanentes, líquidas	5	-	-	-
Efeito de empresas tributadas pelo lucro presumido	26.383	36.605	-	-
Valor não tributado pelo adicional do imposto de renda	48	48	24	24
Ajustes de exercícios anteriores	-	10	-	1.276
IRPJ e CSLL apurados	(43.744)	(30.278)	(208)	(90)
Correntes	(43.744)	(34.395)	(208)	(90)
Diferidos	-	4.117	-	-
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>(43.744)</b>	<b>(30.278)</b>	<b>(208)</b>	<b>(90)</b>

**24 Patrimônio líquido****(a) Capital social**

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 1.847.077, composto por 1.867.705.316 ações ordinárias e sem valor nominal; e 570.803.110 ações preferenciais e sem valor nominal.

Acionistas	Participação	
	2025	2024
Auren Operações S.A.	76,59%	76,59%
Itaú Unibanco S.A.	23,41%	23,41%
<b>Total das ações</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**(b) Reserva legal**

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

**(c) Reserva de lucros**

	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>160.713</b>	<b>163.282</b>
	<b>160.713</b>	<b>163.282</b>
Reserva legal - 5%	(8.035)	-
<b>Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)</b>	<b>152.678</b>	<b>163.282</b>
<b>(=) Saldo de lucros acumulados</b>	<b>152.678</b>	<b>163.282</b>
(-) Retenção de lucros	(152.678)	(163.282)
	-	-

**(i)** A Reserva legal é constituída através da retenção de 5% do lucro do exercício social, até o limite de 20% do Capital social;

**(ii)** O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 1% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

**(d) Participação de acionistas não controladores**

A Companhia possui um acordo de investimento firmado com o Itaú Unibanco S.A, por meio da subscrição de novas ações preferenciais.

Esta classe de ação preferencial possui direito a 75% do Lucro Líquido da Companhia, distribuído via dividendos, sendo que o percentual econômico utilizado para fins de equivalência patrimonial da investida pela Controladora é de 25%.

Assim sendo, há distinção entre a participação societária e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendos detidas pelo acionista não controlador. De acordo com o Acordo de Acionistas, qualquer pagamento de dividendos aos acionistas são discricionários e somente ocorrem quando há deliberação em AGO/AGE.

**25 Instrumentos financeiros e gestão de risco**

**25.1 Instrumentos financeiros por categoria**

**(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração**

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A

classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) **Custo amortizado**

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) **Valor justo por meio do resultado**

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) **Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração**

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Ativos</b>					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 12)		49.265	65.805	-	-
Ressarcimento		-	3.196	-	-
		<u>49.265</u>	<u>69.001</u>		
Ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa (i)	1	631.805	586.532	5.942	6.363
Aplicações financeiras (i) (i)	1	136.330	-	1.284	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (i) (i)	1	9.133	27.884	-	-
		<u>777.268</u>	<u>614.416</u>	<u>7.226</u>	<u>6.363</u>
		<u><b>826.533</b></u>	<u><b>683.417</b></u>	<u><b>7.226</b></u>	<u><b>6.363</b></u>
<b>Passivos</b>					
Ao custo amortizado					
Financiamentos (ii) (Nota 17)	2	-	22.347	-	-
Fornecedores		39.288	37.690	-	2
Arrendamento		69.498	66.520	-	-
Partes relacionadas (Nota 22)		95	-	-	-
Dividendos a pagar		57.136	131.930	57.091	131.885
Provisão de Ressarcimento		605.653	460.353	-	-
		<u>771.670</u>	<u>718.840</u>	<u>57.091</u>	<u>131.887</u>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 17 (a).

---

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

## 25.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas.

### (a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração da Auren. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 11. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

### (b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>					
Fornecedores	39.288	-	-	-	39.288
Arrendamentos (i)	8.880	17.639	17.469	129.559	173.547
Partes relacionadas	95	-	-	-	95
Dividendos a pagar	57.136	-	-	-	57.136
	<b>105.399</b>	<b>17.639</b>	<b>17.469</b>	<b>129.559</b>	<b>270.066</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Financiamentos (i)	-	22.347	-	-	22.347
Fornecedores	37.690	-	-	-	37.690
Arrendamentos (i)	8.880	17.760	17.493	138.293	182.426
Dividendos a pagar	131.930	-	-	-	131.930
	<b>178.500</b>	<b>40.107</b>	<b>17.493</b>	<b>138.293</b>	<b>374.393</b>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

### (c) Risco regulatório

As atividades das controladas da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

### (d) Risco socioambiental

As controladas da Companhia estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Administração da Companhia e de suas controladas realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

As controladas da Companhia consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

### (e) Risco em renováveis não-hídricas

#### (i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

#### (ii) *Constrained-off* de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

**(f) Risco de mercado**

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo operações sujeitas à variação das taxas de juros.

**(i) Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de contratos operacionais, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

### 25.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa e aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva, é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

				Consolidado				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	777.268	-72,92bps*	(5.668)	(28.953)	(57.906)	28.953	57.906

				Controladora				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	7.226	-72,92bps*	(53)	(269)	(538)	269	538